

Eu também tenho corpo! : Uma análise dos corpos femininos e das subjetividades no período de 1900 a 1945¹

Edivalma Cristina da Silva

Mestranda em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Bolsista da CAPES

RESUMO

A instauração da República trouxe ao Brasil mudanças extremas que foram tatuadas em todo o corpo social levando ao tutelamento do corpo feminino pelo Estado. Este corpo feminino passou a ser “tecido” a partir de discursos plurais que visavam disciplinar e zelar pela honra brasileira e familiar. Este trabalho tem como objetivo visibilizar as múltiplas *mulheres* e subjetividades que emergiram em Caicó, entre 1900 e 1945 desconstruindo o modelo corporal feminino burguês e questionando a legitimidade da matriz de uma heterossexualidade compulsória. Dessa forma, esta pesquisa é uma forma de entender a heterogeneidade feminina (corpóreo) que perpassa o cotidiano caicoense a partir da visibilidade de novas subjetividades que transcendem os binômios de masculinidade e feminilidade, através da análise de processos-crime de defloração, artigos do Jornal das Moças e de entrevistas. A esse processo de visibilidade das subjetividades será realizada uma discussão através dos fios de Michel Foucault de poderes, saberes e disciplina, e, de Judith Butler para problematizar a normatividade das matrizes de gênero. Os resultados que dispomos são parciais, por tratar-se de um fragmento do trabalho dissertativo ainda em desenvolvimento, mas que já torna perceptíveis pensar as mulheres e suas subjetividades que transcendiam o modelo de corpo feminino burguês desenhado pelos discursos jornalísticos, médicos-higienista e jurídicos.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo, gênero, mulher.

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

E o corpo é pensando e desenhado... A construção médico-jurídico e jornalístico do corpo feminino.

1922. Emerge mais um crime de defloração no município de Caicó, no Sítio Boa Vista. Umbelina, “moça recatada”, “tôla” e “honesta”, como assim fazem crer as testemunhas, deixa-se seduzir e deflorar-se por Salustiano Carneiro que com seus galanteios, afagos e agrados consegue levá-la ao coito, cedendo a “pobre infeliz”.

Esta menina desde cedo foi ensinada por seus pais que seu *corpo* constituía-se em um altar sagrado em que repousa a flor da pureza, guardada em sua virgindade. Criada a imagem da Virgem Santíssima Maria, dentro de círculo rígido de condutas, comportamentos e honra, este corpo não devia transcender o espaço de sua casa, guardando-se para um bom casamento, ser boa mãe e dona de casa. No entanto, esta menina cresce e embora resguardada em seu lar aprende a conhecer os prazeres que a vida lhe oferece, despertando para os olhares masculinos e suas seduições.

Salustiano Carneiro freqüentava assiduamente a casa de Idelfonso, pai da menor Umbelina, enquanto um rapaz de confiança “porque era casado com uma sobrinha do mesmo”², não lhe dando nada a desconfiar. Salustiano é visto pelas testemunhas enquanto sedutor e metido a namorador, de forma que elas testemunhas são unânimes quanto à má conduta do réu, alegando que “o denunciado Salustiano conseguiu deflorar Umbelina por meio de palavras jocosas, pois ele é dado a empresas desta natureza, tendo segundo lhe consta, deflorado uma sobrinha della testemunha”³. Esta confiança foi quebrada através da desonra que agora pairava sobre a casa de Idelfonso, através dos atos libidinosos e “pecaminosos” de sua filha. Com insistentes galanteios e seduições, embora a vítima tenha argumentado uma constante resistência física à prática do ato sexual, cedeu encharcada na *esperança rósea*, marcando entre eles a noite seguinte para terem relações sexuais. Como combinado Salustiano Carneiro, com a sede de seu instinto sexual, jogou bolões de barro no telhado do quarto de Umbelina, a qual reconhecendo a chegada do mesmo, cedeu e deixou-se deflorar aos arredores de sua casa.

Idelfonso sentiu sua honra ferida através dos atos de sua filha, por isso procurou a Justiça para limpá-la, alegando que só notou o defloração dela porque sua esposa “notará a suspensão das regras de sua filha”⁴, devido a gravidez. As vozes polifônicas desenharam o

² Processo-crime de sedução e defloração, nº 3777, maço 20, ano de 1932. fl 20

³ Op cit. Fl.26

⁴ Op cit, Fl 06

corpo de Umbelina enquanto “ser” bôbo, ingênuo, ignorante, uma criança enganada, o que propiciou a sedução. Assim atesta uma testemunha que “acha que foi pela ingenuidade, ignorância, matutice que a offendida cedeu a sua honra aos galanteios sedutores do denunciado”⁵. A própria promotoria da Justiça recalca sua defesa na emotividade “natural” do feminino, reforçando a imagem de mulher frágil.

Embora Idelfonso tenha procurado a Justiça para limpar a honra⁶ familiar e de sua filha, conseguindo a condenação do réu por sedução e defloração, ela ainda continuou manchada, pois não foi possível nem casar a filha, nem prender o réu Salustiano, pois esse havia fugido para um lugar indeterminado, antes de terminar o processo, não chegando nem mesmo a defender-se.

Casos como os de Umbelina são encontrados com uma maior incidência entre as décadas de 1920 e 1945 na sociedade caicoense, levando-nos a pensar todo o regime de saber/poder que tece o corpo feminino calcado em uma “natureza” inata para a maternidade, ligada a sua capacidade de reproduzir, desprovida de desejos e poço de uma emotividade “natural” ao ser feminino. Ao analisarmos o corpo atentamente percebemos de que forma as relações de poder produzem “verdades” e discursos “verdadeiros” sobre esse corpo, imputando-lhe diferenças que acabam solapando-as em desigualdades entre os gêneros.

Através dos processos-crime e das entrevistas nota-se a presença de mulheres que se “desprendem” do papel de gênero para ela tecido, um *corpo performativo*, flutuante, como coloca Butler⁷, passando de seduzida à sedutora, “capaz” de provocar um infanticídio ou um aborto, fugindo à noite para ir a bailes ou namorar escondido dos pais, forjando defloração para garantir o casamento, levando-nos a indagar que sujeitos e corpos femininos foram tecidos pela Justiça, medicina e jornais a partir desta (re)configuração das condutas e valores morais? E ainda: Este “modelo” feminino é aplicável e realizável em toda esfera social? Estaremos caindo em um universalismo se pensarmos o feminino através de um sexo unívoco e em identidades de gênero *delimitadas* através da matriz da heterossexualidade compulsória? Que outras subjetividades emergem na sociedade caicoense e de que forma podemos pensar este corpo feminino não como o “anormal”, mas como provido de racionalidade, de desejos e

⁵ Op cit. Fl.24

⁶ As entrevistas realizadas mostram que o casamento amenizava o teor simbólico e cultural da “perda” da honra, de forma que através dele a mulher voltaria a ter uma vida “normal” como antes do defloração, podendo ir a bailes, circular normalmente pela sociedade com o esposo. Todavia, percebemos que embora haja o reconhecimento social do corpo defendido, pesa sobre ele o peso de sua mancha, estigmatizado pelo defloração. Antonia nos falou que embora as mulheres desonradas casassem, os atos corporais continuariam a ser lembrados e relembrados, por terem sido tatuados no corpo social: *o corpo marcado*.

⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

prazeres, *efeitos* da sexualidade? Inquietações que surgem a partir da análise do modelo universalista de corpo feminino, pensado através dos saberes médicos e jurídicos modernos.

Com a instauração do regime republicano, o Brasil insere-se em profundas transformações provenientes da modernidade: aburguesamento da sociedade, modernização do complexo urbano, reformulação das condutas e comportamentos⁸. A modernidade atingiu as famílias e os corpos de forma intensa. É extremamente necessário ressaltar que pensamos a modernidade dentro de uma visão não homogeneizante, pois o processo de modernização do complexo urbano não se deu na mesma intensidade e extensão em todo o Brasil – pensando particularmente no Nordeste e na região do Seridó do Rio Grande do Norte – a qual notamos relutância em aceitá-la⁹. Dentro desta esfera de mudanças, o Seridó, especialmente Caicó¹⁰, mostra-se imbuído nesse processo de modernidade e modernização do espaço social – embora ainda em seus primeiros passos – sendo o *Jornal das Moças*¹¹ o veículo difusor das mudanças sofridas não apenas no complexo urbano, mas nos complexos corporais familiares e femininos. Dentro desta esfera, este jornal torna-se um veículo disciplinador e divulgador do ideal do corpo feminino. Bassanezi acrescenta que “as revistas femininas penetram no espaço doméstico e procuram atuar como guias de ação, conselheiras persuasivas, companheiras de lazer ou alienação” (1993, p. 112).

Retirar do corpo social as mazelas do atraso torna-se a ordem do dia! Moralizar o indivíduo pelo trabalho, pois este lhe portava de atributos morais, de forma que “o que se desejava não era a punição pura e simples do indivíduo, mas sim sua reforma moral”¹². Emergem saberes – baseado nos ideais de Ordem e Progresso – com o objetivo claro de higienizar o espaço urbano, o corpo social e o corpo feminino.

A necessidade de se criar o sexo normalmente aceitável e útil leva a análise da conduta sexual do indivíduo como meio de interdição, intervenção e instauração de saberes sobre o sexo. A normalidade do sexo será analisada na esfera pública, onde a Justiça Estatal intervêm em crimes que “mancham” a ordem e a honra da família e do Estado. Esse processo de “racionalização do sexo” a partir da normalização das condutas está fortemente visível em

⁸ Ver SILVA, Edivalma Cristina da. De Espinhos a Rosas: A mulher sedutora enquanto produto da modernidade (1900-1945). *Anais América Equatorial: Cultura na Contemporaneidade*. Reunião Equatorial de Antropologia. Aracaju: UFS, 2007; SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio Republicano: Astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (Org.) **História da vida privada no Brasil** (República: da Belle Époque a era do Rádio). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁹ Ver ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e sedução**. Dissertação (Mestrado em história) Natal: UFRN, 2007. 151 f.

¹⁰ Caicó entre as décadas de 1900 e 1945 abrangia uma grande extensão territorial, incluindo as Vilas de Jucurutu, Jardim de Piranhas, São Fernando, Timbaúba dos Batistas e Flores, ligadas a Caicó através, principalmente, de sua Comarca.

¹¹ O *Jornal das Moças* circulou em Caicó entre os anos de 1926 e 1932, sendo de redação e direção era feminina. O público alvo do jornal eram as moças da classe elitista caicoense.

¹² CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora unicamp, 2001. p. 71

todos os processos-crime analisados¹³, perpassando os discursos polifônicos dos juristas, médicos, réus, testemunhas, vítimas, promotores públicos, juízes. Esta “ciência do sexo” circunscreve uma jurisprudência sexual que tem como objetivo cartografar as representações do feminino e do masculino, através da matriz cultural de uma heterossexualidade compulsória, naturalizando-as e definindo-as através de um processo dicotômico de sexualidades “normais” de um lado e sexualidades “patológicas”, “anormais”, periféricas, de outro. Os dispositivos da sexualidade, de poder e de produção de discursos “verdadeiros” sobre o sexo e sobre os corpos, deslocam-se das mãos da Igreja Católica para o âmbito da medicina, da psiquiatria, da pedagogia e da Justiça, constituindo uma rede capilar de micro-poderes que tem como alvo o corpo. Disciplinar este corpo, docilizá-lo, torná-lo útil, desde criança¹⁴.

Trilhando a desconstrução do gênero, Butler retoma Foucault para mostrar que essa “verdade” do sexo é produzida por práticas reguladoras que criam identidades a partir de uma matriz heterossexual compulsória, instituindo normas de gênero coerentes e estabelecendo oposições assimétricas entre o masculino e o feminino expressados nos atributos “macho” e “fêmea”, de forma que se constrói gêneros inteligíveis, ou seja, que mantêm relações de “coerência” e “continuidade” entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Normas de inteligibilidade sexualmente instituídas e mantidas, as quais asseguram a identidade de gênero.

É extremamente necessário pensar que *o gênero é culturalmente e historicamente construído*, não sendo resultado causal do sexo, nem aparentemente fixo que nem o sexo. Dessa forma, a própria unidade do sujeito passa a ser contestada se olharmos o gênero enquanto significados culturais que são constituídos pelo corpo sexuado através de discursos “verdadeiros” e práticas reguladoras que constroem os modelos binários femininos e masculinos para a sociedade, o que não reduz o gênero ao sexo. No entanto é ainda necessário acrescentar que a própria produção do sexo e do corpo deve ser compreendida enquanto *efeito* do aparato que chamamos de gênero, o qual “esconde” os mecanismos de sua produção. Acrescenta Butler que

quando o *status* construído do sexo é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (2003, p. 24-25)

¹³ Já foram analisados 40 processos-crime de defloração (rapto, sedução, estupro, defloração), os quais serão utilizados no trabalho dissertativo.

¹⁴ Ver: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: Vontade de saber**. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997

Com a modernidade, os *novos saberes* instituíram *novas práticas corporais*¹⁵ e técnicas do corpo¹⁶ calcadas em saberes médicos, os quais insistem na necessidade de se higienizar o corpo (feminino e social), discursos que se fazem sentir no *Jornal das Moças* através do “apelo” de um cuidado maior com o corpo, com o banho, com a forma higiênica de dormir ou de tratar os cabelos. A higiene, as fotografias, a luz do gerador, os cabelos curtos agem sobre o corpo dando visibilidade controlando-o e vigiando-o, mas principalmente purificando-o. Assim, os ares modernos inserem-se nos saberes instituídos definindo, como ideal, o corpo feminino purificado, higiênico, casto e comportado. Essa incidência em um corpo higiênico se faz sentir através do artigo *Cabelos a La Garçone* publicado no *Jornal das Moças* o qual dizia: “a moda dos cabellos curtos continua com grande furor. Explica-se. É na verdade graciosa e hygienica e além do mais torna a cabeça das mulheres muito mais leves”¹⁷. A insistência no corpo higienizado também se observa no artigo *Os Dez Mandamentos da Mulher Elegante*¹⁸, que se constitui em dispositivos de saber/ poder direcionados ao corpo feminino, pedindo-lhe para nunca mostra-se em desalinho, que cultue o espírito, abandone o mau humor, seja natural em suas atitudes e cuide bem da sua boca.

Mas os discursos jornalísticos, médicos e jurídicos também instituem um *corpo intocado, comportado e casto*, o qual deveria portar os valores da sociedade. Emerge a necessidade de uma polícia discursiva sobre este corpo, pensando-o imbuído de saberes que o controlam para que se ele precise transcender do espaço privado (lar) para o público (rua) o faça de forma recatada, longe dos perigos que podem mazelá-lo, sujá-lo, tatuá-lo enquanto anormal.¹⁹ É necessário ressaltar que o *Jornal das Moças* tinha como alvo a classe elitista, burguesa e que estes discursos difundidos tem como matriz a heterossexualidade compulsória, legitimando a polaridade macho/ fêmea a outras como racional/ emotivo, forte/ frágil, quente/ frio, calcados em representações que remontam o corpo feminino ao recôndito privado, reprodutivo e subordinado das representações femininas da Antiguidade Clássica Grega²⁰ e Renascentista²¹, calcando-o em uma suposta “natureza” feminina.

¹⁵ Ver: BURITI, Iranilson. **Façamos a família à nossa imagem:** A construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). Tese (Doutorado em História) Recife: UFPE, 2002. 392 f.

¹⁶ Sobre as técnicas do corpo, ver MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 401-422.

¹⁷ *Jornal das Moças*, nº 21, anno I, Domingo, 27 de junho de 1926, p. 02

¹⁸ *Jornal das Moças*, nº 23, anno I, Domingo, 25 de julho de 1926, p. 2

¹⁹ Ver MOTT, Maria Lúcia; MALUFF, Marina. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.) **História da vida privada no Brasil** (República: da Belle Époque a era do Rádio). São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 268-9.

²⁰ Ver COLLING, Ana Maria. O corpo que os gregos inventaram. In: _____. STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa (orgs.) **Corpos e Subjetividades:** Em exercício interdisciplinar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004

²¹ Ver BELINNI, Lúgia. Concepções do corpo feminino no Renascimento: a propósito *De Universa mulierum medicina*, de Rodrigo de Castro (1603). In: In: MATOS, Maria Izilda S de; SOIHET, Raquel (org.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 29-42

Historicamente, as relações de gênero vem sendo pensadas a partir de uma *barreira natural* (FLAX, 1991, p. 236) em que as diferenças anatômicas entre “macho” e “fêmea” são ligadas à classe do natural. Colling, analisando o corpo pelo saber grego mostramos que a “natureza” feminina na verdade é um caráter de construção do discurso que atribui a mulher comportamentos, papéis, funções, transformando-a em espectadora do que lhe parece imutável. Colling analisa como o saber grego institui sobre o corpo feminino diferenças sexuais sustentado em uma suposta “natureza” feminina reduzida ao útero e a sua capacidade de reprodução, legitimando uma “inferioridade natural”.

Flax acrescenta “que as diferenças anatômicas entre machos e fêmeas estão ligadas a uma das mais importantes funções da espécie – sua reprodução – e são parcialmente uma consequência dela”. Essas diferenças anatômicas podem estar ligadas também à sexualidade, de forma que “tanto o entendimento do homem quanto da mulher de anatomia, biologia, corporificação, sexualidade e reprodução estão parcialmente enraizadas em relações de gênero preexistentes, refletem-nas e devem justificá-las (ou contestá-las)” (1991, p. 240). Dessa forma podemos pensar de que forma estas relações de gênero são produzidas e vivenciadas na sociedade caicoense.

O corpo feminino *ideal burguês*²² calca-se na *tríade feminina*: mãe, esposa, dona de casa, inserido em relações de poder de uma cultura falocêntrica, tendo como matriz a heterossexualidade compulsória. Matos, a partir da análise do discurso médico em São Paulo entre 1890 e 1930, teceu uma análise das representações do feminino e do masculino ressaltando que estes são pensados dentro de um projeto normatizador que visava alterar os hábitos e atitudes. Dentro desta ótica de disciplinarização do corpo feminino foram delineados papéis e “identidades de gêneros” inteligíveis baseado em uma suposta unidade, e universalidade: a mulher deveria ser recatada, do lar, de boa conduta e honesta, e o homem deveria ser trabalhador, de bom caráter, sem vícios e honesto. A educação feminina torna-se o principal dispositivo de poder a agir no corpo. Antonia, de classe média alta, nos fala de sua educação ressaltando a preocupação com a construção de um corpo feminino voltado para a esfera doméstica e para a felicidade matrimonial:

A educação no Santa Teresinha era muito rigorosa, agente tinha todo um respeito com as professoras e com a direção do colégio, só ensinava freiras, mas freiras do amor divino, depois que começou outras pessoas, os civis. (...) Quando vinha uma freira agente tinha que se levantar, qualquer uma, podia ser da cozinha; agente tinha de se levantar e dizer: louvado seja nosso Senhor Jesus cristo. A gente tinha todo respeito. Lá tinha um curso, lá no Santa

²² O corpo feminino burguês foi pensado enquanto ideal republicano a ser aplicado na sociedade caicoense, sem se levar em conta a pluralidade feminina em relação a sexo, classe, etnia. Consideramos este modelo corporal enquanto universal para tentar desconstruí-lo e mostrar a pluralidade de subjetividades que são tecidas e vivenciadas fora deste ideal, pelas classes mais populares.

Teresinha, era oferecido o curso doméstico, a Escola Doméstica Darci Vargas, que preparava as moças para a casa, para ser dona de casa, para o lar. Lá ensinava bordado na mão, bordado na máquina, costura, tudo de economia doméstica, como se vestir.

Antonia ressalta o caráter educativo e rígido do Colégio Santa Terezinha, que comprova a nossa preocupação em se pensar a educação como um dispositivo pelo qual se aperfeiçoariam as características físicas e morais da sociedade. O corpo feminino recebeu diretamente os discursos médicos que naturalizaram a maternidade feminina em um “mandando biológico”, delineando-o a partir da matriz de uma heterossexualidade compulsória, a qual define o casamento e a pureza como ideais a serem alcançados. Dhoquois coloca que “naturalmente, tudo se encadeia: a esposa/ mãe cuida da casa e dos filhos, no plano material e moral, e do marido, que desse modo, pode levar à fábrica a sua força de trabalho intacta. A mulher passa a ser uma espécie de base sobre a qual se assenta a paz social”. (2003, p. 47). Logo, podemos afirmar que a opressão feminina origina-se do fato de sua capacidade de reprodução (física e moral), onde a mulher passou a ser pensada a partir do biológico, reduzida ao lar e a relações de dominação.

Percebe-se que o corpo feminino está perpassado de silêncios, os quais carregam significações calcadas em uma heterossexualidade compulsória enquanto chave reguladora das identidades dos gêneros, onde “todas as particularidades dos corpos singulares devem ser amenizadas até o desaparecimento e à conformidade a um modelo impessoal”²³. Este silêncio como mostra Perrot perpassa a vida pública, íntima e sexual feminina, naturalizando papéis sociais e signos que tendem a serem pensados enquanto fatos de uma suposta “natureza” feminina em vez de resultados de práticas sociais.

No caso de Umbelina é notória a construção social do corpo feminino enquanto um “ser” emotivo, ingênuo, bôbo, frágil, poço de uma emotividade natural, naturalizados enquanto signos construídos para um corpo frígido²⁴, mas que na verdade são construtos culturais da feminilidade, como analisou Simone de Beauvoir. Esse silêncio é proveniente das representações do corpo (religiosas, jurídicos, jornalísticos) inscrito na construção simbólica da diferenças entre os sexos que vão ser reforçados pela esfera jurídica e médica, as quais tece discursos dentro de relações de saber/ poder instituindo “verdades” sobre o “sexo” e sobre a “sexualidade”. Estas “verdades” estão em constante processo de multiplicação de saberes sobre o corpo.

²³ PERROT, Michele. Os silêncios do corpo da mulher. In: _____. SOIHET, Raquel (org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 13-28

²⁴ Esse visão de um corpo feminino vitimado, infantilizado, desprovido de razão e de cientificidade se faz sentir em todos os processos-crime analisados para o trabalho dissertativo.

O próprio prazer feminino é negado e reprovado, lançado ao silêncio, pensado enquanto “coisa” de prostitutas. O corpo feminino é visto enquanto anestesiado para o prazer e senti-lo torna-se pecaminoso e patológico²⁵. Em seu corpo os discursos “verdadeiros” sobre sexualidade e sexo lhe são injetados através de seringas de verdades e poderes tecidos em cada caso de defloração. Dos quarenta processos-crime analisados, em nenhum foi encontrado índice de prazer feminino, mas sim a constante presença de uma matriz heterossexual compulsória e um falocentrismo por traz dos discursos, regendo os corpos: corpos que cedem aos instintos sexuais masculinos por que eles são mais fortes, providos de um desejo incontrolável do instinto sexual enquanto que o delas são mais frágeis, inocentes e incapazes de reagir aos instintos masculinos. Uma construção social histórica que perpassa todas as vozes polifônicas dos processos-crime e das entrevistas. Logo, afirmamos que o corpo carrega significados invisíveis da cultura que opera nele diretamente e indiretamente. Todas as regras, preconceitos e convenções são, pois, construtos sociais naturalizados e sentidos através da linguagem do senso comum.

Percebemos que a categoria relações de gênero compreende um conjunto de relações sociais. E o gênero, pensado aqui como categoria analítica é relacional, de forma que as relações de gênero, como coloca Flax, são constituídas de partes inter-relacionadas que não possuem significados independentes. No entanto, é notório que estas relações de gênero tem sido relações de dominação, tendo como “pivô” o homem. Estas relações de dominação pensam o corpo de forma universal e lhe atribui características peculiares a cada sexo; naturalizando as categorias de gênero. Assim coloca Butler:

a univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina heterossexualista.

Ora a própria heterossexualidade é construída através de técnicas de poder, onde a construção social e cultural do gênero surge como um construto distinto em cada época e espaço. Passemos, então a pensar, através dos conceitos de Butler, que não existe um comportamento definitivamente masculino nem definitivamente feminino, pois os gêneros são construídos em relação. Não devemos buscar as causas, mas os *efeitos*, justamente por se olhar à multiplicidade de femininos e subjetividades que circundam os corpos!

²⁵ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro as Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989

Eu também tenho corpo! A multiplicidade dos femininos e dos corpos

O corpo assemelha-se muito mais a um ato em processo de individualização do que a uma substância passível de isolamento e de independência em relação aos demais corpos. Sua pretensa unidade é diariamente testada, questionada, contrariada. E mesmo quando se tem a intenção de defini-lo como um conjunto heterogêneo de força e de virtualidades, mesmo quando sua pluralidade de aspectos subjetivos é valorizada, ainda assim, o corpo continua escapando do total desvendamento. Negando nossa vontade de passá-lo para o discurso, de interpretar, pelo verbo, seus enigmas e sua força.
(SANT' ANNA, 2004. p.)

O corpo feminino burguês deve ser mãe, esposa, dona de casa. No entanto percebemos através da análise das entrevistas e dos processos-crime de defloração que esse ideal corpóreo não é aplicável e vivenciado em sua intensidade e de forma homogênea por todo o corpo social²⁶. Deve-se pensar em identidades como *efeito* em vez de um sujeito centrado. “Aceitar esse caráter de efeito seria aceitar que a identidade ou a essência são expressões, e não *sentido em si* do sujeito”²⁷.

Pensamos, através de Butler, o corpo *performativo* enquanto uma superfície aberta, como um conjunto de fronteiras e tensões, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas, que transcende a visão do corpo enquanto superfície pré-discursiva, no qual se instaura práticas, coerções e disciplinas. Se a identidade é um *efeito*, a possibilidade de expor os limites desta identidade de gênero cria lacunas pelos quais podemos questionar as bases da matriz da heterossexualidade compulsória e inteligível, através de matrizes subversivas que desordenem o gênero, que o torne questionável e que o problematize. Através de Butler vemos a possibilidade de se questionar essa unidade do gênero, naturalizada, a qual é efeito de práticas reguladoras que tentam uniformizar a identidade de gênero através da heterossexualidade compulsória. A desconstrução de gênero por Butler nos faz alertar para a pluralidade de subjetividades que emergem por meio das vozes femininas.

Nas entrelinhas dos processos-crime escuta-se a voz (quase inexpressiva e muito minuciosa) do feminino, uma expressividade de desejo sexual que lhe é negada pela Justiça

²⁶ O modelo burguês foi pensado a partir de homens letrados de classes altas para classes elitistas. Dessa forma, no cotidiano de classes populares torna-se impossível a vivência em sua forma integral desses signos corpóreos. As mulheres de classes populares, em detrimento das necessidades, circulavam no meio público para acarear o sustento de sua família, seja como lavadeira, amas de leite, domésticas, constituindo formas de namoros e casamentos distintos das classes elitistas, sedimentando novas subjetividades. Ver: ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro as Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989

²⁷ Rodrigues, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. In: Estudos feministas. Florianópolis: janeiro/ abril 2005

falocrática e heterossexista. O corpo fala, se não através de palavras, então através dos silêncios. Ele é culturalmente significado, de forma que não existe “macho” nem “fêmea”, mas significados que as estratégias de poder, calcados em uma heterossexualidade compulsória, atribui ao corpo. E este corpo precisa falar! Precisa-se desconstruir a naturalização dos corpos e papéis sociais, pensando a mulher não mais enquanto superfície centrada e universal, mas que se constrói (e ao seu corpo) em relação a inúmeras variáveis: sexo, etnia, classe, raça. Pensar o termo mulher, como nos atenta Beauvoir, enquanto em processo, aberto a re-significações constantes e intervenções.

Para o discurso médico a mulher fugir de sua “natureza feminina” (a reprodução), torna-se desviante e perigoso, já que os regimes de verdades e poder criam os *corpos sexuados* para demarcá-los em estruturas de poder e controlá-los²⁸. No entanto, vozes dissidentes nos levam a questionar o alcance deste corpo sexuado universal, pois estas vozes demonstram uma multiplicidade de subjetividades que transcendem esse modelo canonizado de corpo feminino, como mostra Severina, ao falar sobre um caso de infanticídio que ele conheceu em Caicó, que nos ajuda a pensar o corpo enquanto esfera performativa:

Eu conheci um caso. Quando a criança foi nascendo, a veia era muito valente. Ai quando a criança foi nascendo, a mãe tava ajudando ela a ter a criança mataram na mesma hora, botaram dentro de uma lata. Mataram sufocada, depois foram jogar lá numa cachoeira que tinha. Pronto, ai no outro dia, ficou andando dentro de casa, sem uma ave Maria de penitencia. Num teve nada. Isso era para o povo não saber. O velho era valente, ela não queria que ele soubesse, mas depois a família soube, não fizeram nada. Eram para terem dado parte dela e da mãe, dizem que foi a mãe que ajudou ela a matar a criança. (...) a menina era filha de um homem rico.

Uma mulher que mata o “produto” de seu corpo? Que corpo/ gênero é esse? Onde estão as supostas “naturezas” e fragilidade? Percebemos através dos discursos que por mais que a maternidade se constituísse na “glória feminina” naturalizada e a esterilidade numa maldição sempre e apenas atribuída ao feminino, sustentado através de redes capilares de micro-poderes e saberes sobre o corpo, sexo e sexualidade, muitos dos nascimentos de crianças eram indesejados – provando a racionalidade de seus atos – fosse por a mulher já ter uma família grande, fosse porque havia sido vítima de um defloramento forçado (estupro), fosse pelos valores de honra dos quais ela ficaria desprovida caso fosse descoberto seu estado de gravidez. O nascimento indesejado leva-nos a pensar na multiplicidade de subjetividades que emergem a partir da significação do corpo e de sua construção por indivíduos que chegam a praticar um infanticídio ou um aborto para não sujar a honra, evitando os filhos ilegítimos

²⁸ Ver: SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo, corpo e sexualidade. In: RIAL, Carmem Silvia Moraes; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. **Genealogias do Silêncio**: Feminismo e Gênero. Florianópolis: Ed mulheres, 2004. p. 183-193

(fora da esfera matrimonial). Este sujeito que interfere no curso supostamente “natural” de seu corpo ajuda-nos a observar os limites do corpo sexuado e científico, desconstruindo a suposta “natureza” e fragilidade feminina. Este corpo é dotado de racionalidade, “corpo vertebrado”, que foge a normalidade heterossexual, se pensado a partir dos papéis de gênero, levando-nos a pensar, junto a Butler, em um gênero flutuante, abertos a re-significações.

Pedro afirma que as concepções de corpo das classes populares eram distintas das concepções transmitidas pelo saber médico. Segundo a autora, as falas das entrevistadas denotam que tomar chá ou qualquer remédio abortivo, não se constituía em propriamente um aborto, mas em induzir a vinda das regras²⁹. Segundo Pedro, “as múltiplas representações que configuraram sobre o corpo da mulher estiveram, a partir da modernidade, articuladas a diversas formas de controle”. (2003, p.161). A partir na análise de narrativas de mulheres que praticaram o aborto e o infanticídio, ela coloca:

Na repetição destas narrativas, é possível inferir, também, num tipo de representação do corpo: aquele capaz de diferentes produtos, não necessariamente um bebê. Essas mulheres não reconhecem que tiveram um parto: foi rápido demais; não reconhecem que tiveram um filho: atiraram o produto de seu corpo na fossa ou em outro lugar qualquer. São momentos de muita tensão e medo. Esses são dramas que para serem vividos, precisam constituir outras subjetividades e outras representações do corpo. Ou seja, essas mulheres não se constituem como infanticidas – como fazem, com elas, os processos judiciais e os jornais. Afinal, seus não produzem apenas crianças (2003, p. 165).

Estas subjetividades solapam os pilares de um universalismo corporal – corpo sexuado – para o feminino, pois as próprias mulheres constituem subjetividades distintas a partir da leitura que fazem de seu corpo: no caso contado por Severina, a menina causou o infanticídio, ajudada pela mãe, desestabilizando o modelo normativo, rasgando a suposta “natureza materna”, adquirindo um caráter flutuante.

O mais interessante nas narrativas é que todos os entrevistados³⁰ nos leva a perceber a ereção de um *corpo marcado, estigmatizado*, que está presente e insistente nas vozes polifônicas; tornar-se desonradas (perder a virgindade) resulta em desonra familiar e marcar seu corpo enquanto nefasto, impuro e perigoso. Assim coloca Severina que

De primeiro uma mulher perdida não dançava nem em baile de casamento, ficava olhando a noite todinha olhando, tudo sem direito. Não precisava ser perdida não, bastava ser falada, ficava a noite todinha olhando, o dono da casa empatava. Eu lembro daquela Branca no casamento de Afraninho ela dançou uma parte, quando o dono da casa ele viu, chamou e disse: você

²⁹ Ver: PEDRO, Joana Maria. A publicidade da intimidade: punição e controle. In: **Masculino, feminino e plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 273-292

³⁰ Foram entrevistados homens e mulheres nascidas entre 1900 e 1935, que vivem em Caicó desde seu nascimento e que viram e sentiram a mudança espacial e corporal na sociedade caicoense, no recorte temporal que estudamos para pensarmos o corpo, a sexualidade e a honra.

aqui não dança não, porque você não é direita, você não dança. Ela só fez sentar e não dançou.

Estes *corpos marcados* por seus atos libidinosos, mancham-se, desonram-se, tatuam-se, vistos enquanto o “contra ideal necessário para atuar como limite a liberdade feminina”³¹. Essa preocupação em delimitar fronteiras simbólicas para este corpo circular na sociedade também remete-nos a pensar o corpo enquanto uma superfície pré-discursiva sobre o qual se instala coerções, disciplinas, práticas, verdades. O *corpo produzido*, o *corpo delimitado*, o *corpo visível*. Sebastião nos faz pensar nas fronteiras deste corpo, e como eles são construídos através de significados culturais e sociais a ele inseridos através das técnicas de poder. Referindo a frequência das mulheres desonradas nos bailes de casamento, colocamos que:

Ai tava a questão do conhecimento, que às vezes o camarada que era encarregado da festa conhecia, às vezes tinha até amizade com o marido da pessoa, num aceitava, dizia num vou aceitar você aqui (a mulher desonrada) porque eu gosto de fulano que é meu amigo, você vá se embora (...) hoje o povo não repara mais nessas coisas. Uma mulher desonrada podia ter amizade podia ter amizade com mulher desonrada, podiam, mas não lá (no cabaré), no meio da rua mesmo, no cabaré não. Ah... Se fosse lá tava desmantelada, né? Que tavam vendo ela lá, o que iam pensar? (Grifos meus)

Todavia, afirmamos que não podemos pensar em um feminino, enquanto categoria de gênero dentro de uma esfera binária, mas em “femininos”, em sua multiplicidade, desvinculada das categorias de gênero fixadas no “sexo”. Da mesma forma que a masculinidade hegemônica não se realiza plenamente, assim também a feminilidade (ideal burguês) também não alcança a sua plena adequação. Por isso deve-se pensar em categorias de namoro, honra, masculino, feminino, gêneros, no âmbito do relacional. Pensar em uma multiplicidade de formas de namoro, de sociabilidades que fogem aos modelos canônicos difundidos pela heterossexualidade compulsória e que se fazem sentir através das subjetividades dos corpos “dissidentes”.

É extremamente importante ressaltar que pensar o corpo enquanto superfície pré-discursiva não reduz a análise dos corpos à esfera sexual, do “sexo”, pois entendemos que a construção deste é social e histórica. Como coloca Butler “sexo” não é gênero, mas é construído por ele, levando-nos a afirmar que a própria identidade é sempre social e nunca individual. Começamos a perceber que alguns processos nos possibilita pensar a desconstrução do “modelo” de corpo ideal pensando pelos saberes/ poderes médicos, jurídicos,

³¹ Ver: RAGO, Margareth Luzia. Imagens da prostituição da Belle Époque paulista. In: **Cadernos Pagu**: de trajetórias e sentimentos. São Paulo: Unicamp, 1993. p. 31-44

pedagogos e literários, visualizando subjetividades que induzem na produção de seus corpos, direta ou indiretamente.

Maria Paulina, de 19 anos de idade e de profissão doméstica, não se insere neste modelo, pois ela transita, enquanto gênero flutuante, da posição de vítima para a posição de *sedutora, racional, “vertebrada”*, articulando seu corpo como possível forma de acarear um bom casamento ou mesmo para sentir prazer. Usando, literalmente, o corpo.

O primeiro fato interessante é que a própria Maria denunciou a polícia o seu defloramento. Ela conheceu seu “deflorador”, de nome Severino Soares, no ano de 1933, no Mercado Público da cidade de Caicó e com ele logo começou a “namorar” com o mesmo. Segundo a vítima *ele a chamou para passear de automóvel e ela aceitou, não relutando ao convite*, o qual a conduziu para a estrada que liga Caicó a Jardim de Piranhas – lugar distante de habitações – e lá violentamente a deflorou, tendo com a mesma relação por mais duas vezes na mesma noite. O depoimento de réu coincide com o da vítima, com mais algumas peculiaridades:

Disse que no sábado conheceu a queixosa, de que, já tinha tido informações de camaradas como sejam Florentino Rosa, Umbelino de França, Vicente Tomás e *outros sabe ser a mesma prostituta* que aproximando-se a queixosa dele declarante, entraram em entendimento combinando ambos a passearem a noite de automóvel, (...) que se realizou o passeio (...) que pelas sete horas mais ou menos saiu ele declarante com Maria Paulina, da casa desta, *com aquiescência da respectiva mãe*, demandando a estrada de Jardim de Piranhas, onde num local afastado, além do hospital, teve com a referida mulher relações sexuais por duas vezes, nenhuma oposição havendo por parte dela, *ao contrario existindo boa vontade e satisfação*; que antes de ter relações sexuais com a queixosa, *elle declarante, introduzindo-lhe o dedo na vagina verificou-se não ser ela moça*, o que só fez pelas informações que dela tinha colhido; que tudo, em menos de meia hora (...) que não é verdade que ele respondente tenha apertado os pulsos da queixosa³². (grifos meus)

O depoimento de Severino nos leva a pensar até que ponto seu discurso está vinculado a uma ordem cultural falocrática; no entanto percebemos que suas palavras confirmam-se através do exame de defloramento (prova científica) de que a mesma não era mais moça, acusando “hymem cicatrizado e reduzido a tubérculos, abertura hymenical dando franca passagem a um pênis normal em ereção, não constando emprego de violência”³³. As próprias vozes das testemunhas, as quais são condizentes quanto a má conduta moral da vítima, dizem que ela é leviana, que se diz publicamente declarada a mais de 1 ano (José Faustino, 1ª testemunha) que a mesma é prostituta (Humbelino França, 2ª testemunha) que acha que o réu não foi o deflorador da vítima, pois se diz a mais de 6 anos que ela não é mais

³² Processo-crime de defloramento, nº 4639. Caixa de 1932-33. Ano de 1932. fl 05

³³ op cit, fl. 07

moça, embora more com sua mãe. (Francisco Tomás, 3ª testemunha). Dessa forma o juiz dá com o improcedente o caso, liberando o réu da culpa.

Existem algumas questões a se pensar a partir desse caso. Maria constrói uma identidade para si e uma subjetividade a partir de seu corpo enquanto uma mulher sedutora e “vertebrada”, racional, longe de uma suposta fragilidade atribuída ao feminino. Embora desenhada pelos juristas enquanto leviana, o contra-modelo feminino, deve-se ressaltar que a Justiça julgava o corpo feminino através do modelo feminino burguês, sem levar em consideração as diferenças sociais nem raciais, o que tornava muito difícil um pai de classe popular conseguir limpar a honra familiar. Maria constitui uma subjetividade que não vai de encontro com o ideal feminino, ela como tantas outras podem ser vistas como desonesta, desonrada e marginalizada pelo simples fato de transcender o espaço privado, para o trabalho, ou para namorar. Assim coloca Esteves, que

as moças pobres passeavam com seus namorados, ou os conhecia em praças e festas públicas (...). Circulando pela cidade, realizando passeios pelas ruas próximas de suas residências, freqüentando hospedarias e até botequins (...) várias moças desafiavam com suas atitudes. Essas atitudes não se manifestavam sempre de forma coerente nos depoimentos, e existem, exemplos de ofendidas que demonstram viver alguns valores da elite. (1989, p. 158)

O fato de transcender o espaço privado estigmatiza o corpo enquanto como propício a sujeiras e devassidões. A fala de Maria no processo-crime demonstra que ela constrói seu corpo a partir da utilização que ela faz deste, seja para seduzir, seja tentar conseguir um bom marido, seja para despertar desejo. Este corpo tecido por Maria é racional e sedutor, ele tem desejo sexual, tem expressividade e liberdade de sair com namorados. Sua identidade é fluída, aberta, em tensões individuais e sociais, não como reprodução de um modelo ideal, mas como uma identidade está em constante construção. Este corpo oscila entre as categorias de gênero, delineando sua subjetividade, de forma que a performance da mulher sedutora desestabiliza as próprias noções entre natural e artificial, masculino e feminino, fazendo-nos pensar na fluidez das categorias de gênero.

Da mesma forma vemos florescer a multiplicidade feminina - mulheres que forjam defloramento para assegurar o casamento, que fogem de casa, que se entregam por desejo, que fogem ao avançar da noite para encontra-se às escondidas com seus namorados - que os processos-crime traz à tona, possibilitando-nos indagar as categorias de gênero naturalizadas, os corpos sexuais constituídos e tentar desconstruir esse modelo corporal possibilitando a visibilidade das subversões do gênero, dando voz aos corpos silenciados pelas matrizes culturais. Eis nosso objetivo do trabalho dissertativo, que traz seus primeiros resultados neste artigo. Corpos performativos, polifônicos, seduzidos ou sedutores!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e sedução**. Dissertação (Mestrado em História) Natal: UFRN, 2007. 151 f;

BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal da felicidade conjugal (1945-1964). In: **Cadernos Pagu**: De trajetórias e sentimentos. São Paulo: Unicamp, 1993. p. 111-143;

BELINNI, Lígia. Concepções do corpo feminino no Renascimento: a propósito *De Universa mulierum medicina*, de Rodrigo de Castro (1603). In: MATOS, Maria Izilda S de; SOIHET, Raquel (Orgs.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 29-42;

BURITI, Iranilson. **Façamos a família à nossa imagem**: A construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). Tese (Doutorado em História) Recife: UFPE, 2002. 392 f;

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003;

CAVALCANTI, Silêde. **Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas**: o discurso jurídico e a moralização dos costumes – Campina Grande (1930/1950). Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2000. 210 f;

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940) São Paulo: Editora Unicamp, 2000;

COLLING, Ana Maria. O corpo que os gregos inventaram. In:_____. STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa (Orgs.) **Corpos e Subjetividades**: Em exercício interdisciplinar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004;

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal: 1989;

DHOQUOIS, Régine. O direito do trabalho e o corpo da mulher (França: Séculos XIX e XX) In: MATOS, Maria Izilda S de; SOIHET, Raquel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 107-128;

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro as Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989;

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.) **Pós-modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1991. p. 217-250;

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997;

_____. **História da Sexualidade I**: Vontade de saber. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997;

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1995;

FRANCHETTO, Bruna. Antropologia e feminismo. In: **Perspectiva antropológica da mulher**. Nº 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 13-45;

MATOS, Maria Izilda Santos de: Do público ao privado: redefinindo espaços femininos e atividades femininas (1890-1930). In: **Cadernos Pagu**: Parafraseando a historia das mulheres. São Paulo: Unicamp, 1995. p 97-115;

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e masculino no discurso médico. In:_____.SOIHET, Raquel (org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 107-128;

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 401-422;

MOTT, Maria Lúcia; MALUFF, Marina. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.) **História da vida privada no Brasil** (República: da Belle Époque a era do Rádio). São Paulo: Companhia das Letras, 2001;

PEDRO, Joana Maria. A publicidade da intimidade: punição e controle. In: **Masculino, feminino e plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 273-292;

PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas abortivas e no infanticídio – século XX. In: MATOS, Maria Izilda S de; SOIHET, Raquel (Orgs.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003;

PERROT, Michele. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S de; SOIHET, Raquel (Orgs.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 13-28;

RAGO, Margareth Luzia. Imagens da prostituição da Belle Époque paulista. In: **Cadernos Pagu: de trajetórias e sentimentos**. São Paulo: Unicamp, 1993. p. 31-44;

SANT'ANNA, Denize Bernuzzi. Cultos e enigmas do corpo na história. In: _____. STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa (Orgs.) **Corpos e Subjetividades: Em exercício interdisciplinar**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004;

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio Republicano: Astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (org.) **História da vida privada no Brasil** (República: da Belle Époque a era do Rádio). São Paulo: Companhia das Letras, 2001;

SILVA, Edivalma Cristina da. De Espinhos a Rosas: A mulher sedutora enquanto produto da modernidade (1900-1945). **Anais América Equatorial: Cultura na Contemporaneidade**. Reunião Equatorial de Antropologia. Aracaju: UFS, 2007;

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo, corpo e sexualidade. In: RIAL, Carmem Silvia Moraes; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Genealogias do Silêncio: Feminismo e Gênero**. Florianópolis: Ed mulheres, 2004. p. 183-193.